

**Revisitando o programa dos Ciep: debates na câmara
municipal de Nova Iguaçu sobre sua construção
e financiamento**

**Revisiting the Ciep program: debates at the city hall
of Nova Iguaçu on its construction and financing**

**Revisando el programa Ciep: debates en el ayuntamiento
de Nova Iguaçu sobre su construcción y financiamiento**

Mateus Henrique Alexandrino Guimarães

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ – Brasil.

Lígia Martha C. da C. Coelho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro/RJ – Brasil.

Resumo

O presente artigo aborda a chegada dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) em Nova Iguaçu-RJ, objetivando problematizar aspectos dessa política na sociedade local. Tendo como recorte temporal o início da implantação da política (década de 1980), metodologicamente, utilizamos análise documental de fontes como, principalmente, as atas da Câmara Municipal e, em segundo plano, reportagens divulgadas em jornais da região, além de entrevistas com profissionais de Ciep e moradores do município. Trabalhamos ainda com referencial teórico pautado no conceito de campo (Bourdieu) e na história local (Cavalcanti). Isso possibilitou perceber a recorrência de duas temáticas – a construção dos Cieps e seu financiamento, trazendo, como resultado, a evidência de um processo de implantação organizado pelos “apossados” do campo político – idealizadores e vereadores –, mas sob a influência dos “profanos” – público-alvo da política.

Palavras-Chave: Campo político, Ciep, Educação em tempo integral, História local, Nova Iguaçu

Abstract

This article discusses the arrival of the Integrated Public Education Centers (Ciep) in Nova Iguaçu-RJ, aiming to problematize aspects of this policy in local society. The time limit is the beginning of the implementation of the policy (1980s). Methodologically, we used documentary analysis of sources such as the minutes of the City Council. In the background, we analyzed regional newspaper reports and interviews with professionals from Ciep and residents of the municipality. We also worked with a theoretical framework based on the concept of field (Bourdieu) and local history (Cavalcanti). This made it possible to perceive the recurrence of two themes – the construction of the Ciep and its financing –, resulting in evidence of an implementation process organized by the “in possession” of the political field – planners and councilors –, but under the influence of the “profane” – the policy’s target audience.

Keywords: Political field, Ciep, Full-time education, Local history, Nova Iguaçu

Resumen

Este artículo aborda la llegada de los Centros de Educación Pública Integrada (Ciep) a Nova Iguaçu-RJ, con el objetivo de problematizar aspectos de esa política en la sociedad local. Tomando como marco temporal el inicio de la implementación de la política (década de 1980), metodológicamente utilizamos el análisis documental de fuentes como, principalmente, las actas del Ayuntamiento y, de fondo, informes publicados en periódicos de la región, en además de entrevistas a profesionales del Ciep y vecinos del municipio. También se trabajó con un marco teórico basado en el concepto de campo (Bourdieu) y de historia local (Cavalcanti), lo que permitió percibir la recurrencia de dos temas – la construcción del Ciep y su financiamiento –, trayendo como resultado la evidencia de un proceso de implementación organizado por los “poseídos” del campo político –creadores y concejales–, pero bajo la influencia de los “profanos” –el público objetivo de la política.

Palabras llave: Campo político; Ciep; Educación a tiempo completo; Historia local; Nova Iguaçu.

1. Introdução

No panorama da educação brasileira, o estado do Rio de Janeiro é um dos que se destaca, não somente pela representatividade que foi construindo historicamente – a partir do seu *status* de antiga capital do país – mas também pelas ações que implementou no sentido da educação escolar.

Entre essas ações no campo educacional, reportamo-nos aos anos 80 e 90 do século XX, quando o grupo político liderado por Leonel Brizola, em dois mandatos separados, implementou o 1º e o 2º Programas Especiais de Educação (PEE), que se capilarizaram em mais de 500 escolas de tempo integral pelos municípios do território fluminense.

Segundo relato oficial de seu arquiteto idealizador, Oscar Niemayer, nessas instituições, os estudantes contavam com assistência médica e odontológica, refeições completas, material didático próprio, moradia e animação cultural aberta também à comunidade, trabalhados no regime de tempo integral. Garantia-se formação completa e o pleno funcionamento de cada um desses Cieps. Tratava-se de um projeto pedagógico diferenciado, que procurava romper com o modelo tradicional de escola pública, ao promover também o aumento da jornada escolar dos alunos (Ribeiro, 1986).

O artigo que apresentamos se constitui como recorte de pesquisa já concluída acerca dessa conjuntura, em que o objetivo central foi o de analisar a recepção e implantação desses Cieps, considerados a maior realização

daqueles PEE¹. Nesse estudo anterior, detivemo-nos em uma região específica do estado – a metropolitana, especialmente, ao município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense,

No tocante à teoria e metodologia utilizadas na investigação, enfatizamos procedimentos como pesquisa e análise documental (Favero, 2019), baseando-nos em estudos com fontes oficiais – relativas às atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI) – e também com história oral, por meio de entrevistas com sujeitos formadores e em formação, que frequentaram uma dessas instituições formais de ensino, no município.

Para a análise, optamos pelo método hermenêutico-dialético de interpretação e categorização de dados apresentado por Minayo (2021). Realizamos a partir de trabalho em que foram utilizados referenciais teórico-metodológicos de Bourdieu (1989; 2019), Cavalcanti (2018) e Ball e Maguire (2016)², no que se refere aos conceitos mais trabalhados.

Especificamente, no tocante a este artigo, nosso recorte objetivou apresentar discussão e análise de dois dos três aspectos mais evidenciados naquela investigação, dando prioridade a uma das fontes de pesquisa que utilizamos como procedimento metodológico: as atas da CMNI³. A escolha e o contexto do objeto de estudo nos auxiliaram, entre outras, nas reflexões acerca (i) da construção dos Ciep no município de Nova Iguaçu e (ii) do financiamento dessas edificações.

Levando em consideração esses dois tópicos, o artigo se estrutura em três etapas: (i) um primeiro momento, que enfatiza esses aspectos, a partir do referencial teórico-metodológico, fundamental que foi ao seu desenvolvimento; (ii) uma seção em que são levantados e analisados alguns dos dados coletados nas atas da CMNI e na(s) demais fonte(s) do estudo principal; e (iii) reflexões que consideramos pertinentes e relevantes, no sentido de melhor apreendermos

¹ Essa pesquisa foi iniciada no ano de 2020, 35 anos após a inauguração do 1º Ciep – Tancredo Neves –, na cidade do Rio de Janeiro.

² Em Bourdieu, nos apropriamos dos conceitos de campo e campo político; em Cavalcanti, da história local; e em Ball, nos debruçamos sobre o ciclo de políticas, como explicamos em seção posterior desta produção.

³ Encontramos ainda nas atas da CMNI mais um aspecto importante acerca dos Cieps: a concepção pedagógica, que, devido ao recorte realizado e ao tamanho do texto, optamos por divulgar em outro momento de nossa produção.

o papel do campo político na implantação de políticas públicas educacionais, como a que se evidenciou com os Cieps, no estado do Rio de Janeiro.

Iniciando propriamente nossa discussão, problematizamos: Quais aspectos metodológicos e referenciais teóricos nos auxiliaram na construção do objeto deste artigo e na contextualização do campo em que o situamos?

2. Contextualização do campo de pesquisa, da relevância do estudo e das fontes

Buscamos analisar o projeto dos Cieps, acompanhando a implantação dessas escolas em Nova Iguaçu e procurando compreender as reações da sociedade política iguaçuana à chegada do PEE e da escola de tempo integral à municipalidade. Nessa etapa, visamos a descrever como esse projeto – constituído como uma política educacional estadual – foi recebido nesse município da Baixada Fluminense.

O conceito de campo de Pierre Bourdieu (2021) se configurou como o principal referencial teórico, no que diz respeito às especificidades apontadas pelo autor sobre o campo político. Com base nesse referencial, analisamos o comportamento iguaçuano, no contexto da chegada de uma política pública educacional complexa como a dos Cieps.

Como componentes desse campo e nessa realidade local, percebemos as reações (lutas) dos agentes “apossados” – representados pelos vereadores iguaçuanos – e dos ‘profanos’ – a comunidade iguaçuana, o que não aprofundamos teoricamente neste texto, devido ao recorte que elaboramos e ao espaço disponível à produção do artigo em tela.

A recorrência das duas temáticas evidenciadas anteriormente e os diálogos e afinidades percebidas entre esses dois aspectos, por meio das fontes utilizadas, permitiram inferir que houve um processo de implantação organizado pelos “apossados” daquele campo político – idealizadores e vereadores –, mas que contou com a participação ativa dos “profanos” – o público-alvo da política.

Partindo do pressuposto de que o projeto do PEE, por sua natureza, espelhava em si um projeto de sociedade, concluímos que esse nível de diálogo entre fontes, influência e lutas entre os grupos do campo político demonstra que o projeto em questão era influenciado e também construído pelo público-alvo,

principalmente, nas manifestações encontradas por sua descontinuidade, representada pelas alternâncias do grupo político à frente do estado fluminense, em nosso recorte temporal.

Nessa perspectiva, o trabalho tratou de analisar uma política pública educacional com complexidade que ultrapassou limites geográficos – influenciando outras políticas educacionais pelo território brasileiro – e temporais – reverberando intensamente no debate educacional até o século XXI, quase quarenta anos após o começo de sua implantação⁴.

As cidades da Baixada Fluminense contornam os limites terrestres da cidade do Rio de Janeiro – capital do estado de mesmo nome –, identificadas por alta densidade populacional e baixa qualidade de vida (Rocha, 2020). No século XXI, a Baixada Fluminense – pertencente à região metropolitana do estado do Rio de Janeiro – é formada por 13 municípios. Historicamente, a principal delas é Nova Iguaçu (Nascimento, 2019).

Nesse contexto de desigualdade regional, assim que eleito, o governo buscou estabelecer compromisso com a educação no estado fluminense. Em 15 de março de 1983 – primeiro dia oficial de governo –, foi promulgado o Decreto nº 6.626, criando a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, formada pelo vice-governador e secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, Darcy Ribeiro, pela secretária estadual de Educação, Yara Vargas, pela secretária municipal de Educação, Maria Yedda Linhares e pelo reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), João Salim Miguel. Esse grupo elaborou a política educacional do governo (Moreira; Soares, 2019).

Não são poucas as pesquisas acadêmicas acerca dos Cieps. Muitas concepções e propostas que caracterizam o projeto foram – e ainda são – intensamente debatidas (Moreira, 2020; Costa, 2021; Faria; Silva, 2021; Lemos, 2023). Contudo, essa recorrência no campo acadêmico não significa um esgotamento. Ao contrário, tal presença ajuda a dimensionar a relevância e a influência dessa política educacional, ainda no decorrer do século XXI.

⁴ Podemos perceber essa presença, entre outros exemplos, em notícia veiculada pelo jornal *O Globo*, no ano de 2006. A permanência dos Cieps se fez sentir, mais uma vez, no debate público fluminense. Nesse sentido, ver memoria.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=http%3A%2F%2Fduyt0k3ayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_pagina

O debate acerca dos Cieps rompe, portanto, as fronteiras da academia. Assim, uma política educacional tão marcante exige ainda investigações que elucidem a experiência em toda a sua complexidade, conectando-a com a realidade educacional contemporânea, e/ou às realidades locais nas quais se implementou.

Diante do contexto geral dessa implantação, se faz-se necessário analisar seu processo em diferentes regiões do estado. Parte das investigações acerca desses centros integrados se concentra nas escolas. Sua presença não fica evidente, de forma mais expressiva, nas regiões em que o Rio de Janeiro se subdivide; essa é uma justificativa para que o estudo apresentado tenha sua relevância e pertinência na área. Já a opção por Nova Iguaçu pode ser explicada por diferentes motivos.

O primeiro diz respeito à Baixada Fluminense e sua periferização geográfica, econômica e social com relação à cidade do Rio de Janeiro. Entendemos que focalizar uma localidade marginalizada na realidade social fluminense coincide com nossas escolhas metodológicas, principalmente, as que se referem à história local. Já a segunda motivação reside no fato de que Nova Iguaçu é o principal representante histórico da localidade, derivando dele a maior parte dos municípios vizinhos, em processo de desmembramentos.

No caminhar teórico-metodológico, enfatizamos, como dito, o conceito de campo, de Pierre Bourdieu (2021). Para ele, o espaço social se forma por um conjunto de microcosmos concretos, dinâmicos, com lógicas internas próprias, relativamente autônomas, às quais denominou campos (Bourdieu, 1989).

Entretanto, segundo o autor, para se utilizar tal conceito, deve-se considerar duas características teóricas fundamentais: o trabalho com base na estrutura das relações objetivas e o aspecto relacional, materializados por meio das estruturas que os campos constroem, enquanto microcosmos sociais específicos. Sobre a relação dos componentes desse campo político com campos externos a ele, Bourdieu (1989, p.185) afirma ainda que

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e agir em nome de parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos [...] mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui, ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

O trecho compilado possibilita inferir que o acesso aos meios de participação política é distribuído de forma desigual na realidade social e, em nosso caso mais específico, no campo político. É distribuído de acordo com a posição ocupada pelo sujeito nesse espaço social, evidenciando tomadas de posição que colocam seus agentes em situações mais ou menos próximas, no conjunto específico do campo (Bourdieu, 2021).

O autor argumenta ainda que essa desigualdade distributiva faz com que esse campo funcione de acordo com a lógica da oferta e da procura, pela qual os cidadãos comuns possuem somente o direito de escolher. Estão reduzidos a meros consumidores, enquanto os ‘mandatários’, detentores do ‘capital político’ do campo (competências e domínio), organizados em instituições partidárias, competem pelo direito de falar/agir, em nome de um determinado grupo.

Essa relação de oferta/procura entre os ‘apossados’ e os ‘profanos’ é permeada por uma relação de concorrência por parte dos primeiros, pela legitimação de seus discursos na ação e reação dos segundos. Dessa forma, Bourdieu (1989) elucida que as ‘ideias-força’ são medidas, não pela sua veracidade, mas, sim, pela mobilização gerada entre os profanos, o que agrega e confere ‘capital político’ ao agente que busca legitimidade (Bourdieu, 2021).

Os ‘apossados’, no campo político, se organizam em grupos de interesse – os partidos – que possuem uma existência também relacional. Nesse sentido, a organização partidária constitui um sistema de desvio de níveis, possibilitando variações entre posições, dentro da estrutura do mesmo campo (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, profanos constroem demandas e ações que provocam a reação dos ‘apossados’ e legitimados no campo político, em uma espécie de entrelaçamento de interesses.

Um exemplo desse processo de demandas e ações envolvendo ‘apossados’ e ‘profanos’ pode ser percebido em fonte de imprensa encontrada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por meio de notícia veiculada pelo jornal *O Fluminense*, na edição do dia 03 de junho de 1987, em reportagem intitulada “Mães lutam contra o fechamento de Cieps” (O Fluminense, 1987).

A reportagem em questão nos traz a organização de uma manifestação de mães de estudantes de Ciep de Nova Iguaçu contra a não inauguração ou fechamento de Cieps prontos, por parte do governo de Moreira Franco – que

sucedeu ao governo Brizola – nessa região da Baixada Fluminense. Além disso, o movimento das mães iguaçuanas ocorreu em defesa, não somente do funcionamento da escola em si, mas também de aspectos do projeto educativo original do PEE, como a existência de “*verba da merenda*”, já que os alunos passavam mais de sete horas nesses espaços escolares.

O conceito de campo político se revela, portanto, de fundamental relevância ao nosso estudo, principalmente, pela possibilidade de análise que suscita: não partir somente do pensamento dos agentes políticos – que constroem esse campo –, mas pelo que seus discursos geram, de onde surgem e como se materializam, muitas vezes, influenciando ou partindo de demandas de outros agentes que se encontram em campos específicos do macrocosmo social.

Tal possibilidade exige uma análise das propriedades sociais dos agentes que produzem os discursos; em quais lugares esses discursos foram produzidos, para quem e em qual momento histórico. Assim, o conceito busca captar os agentes políticos e suas estratégias, bem como entender as formas de organização coletiva que possibilitam a sua ação – e, ainda, a ‘reação’ a eles.

Nessa perspectiva, posicionamo-nos na análise da interseção do campo político com o campo da educação – os intercampos, nos estudos de Bourdieu (2021), visto que o objeto de nossa pesquisa é a materialização da política educacional do governo Brizola – os Cieps. Tal interseção se dá devido à característica relacional dos campos, o que possibilita que os conceitos de apossados e profanos possam também ser variáveis, de acordo com as características e panorama processual dos campos, como é possível verificar em seção posterior.

A natureza de nossa pesquisa exige, ainda, uma análise específica acerca dos Programas Especiais de Educação que originaram os Cieps. Nesse sentido, por se tratar de processo que resultou em uma política pública educacional, optamos por um referencial metodológico nessa tarefa, buscando aportes nas contribuições de Ball (Ball; Maguire, 2016). As ideias desse autor nos trouxeram a organização necessária ao entendimento e análise da construção complexa que é uma política pública como a do PEE.

As fases enunciadas em seus estudos sobre o ciclo de políticas foram, assim, fundamentais, na perspectiva de precisar quais dessas etapas seriam as mais significativas no processo de chegada dos Cieps ao município de Nova Iguaçu. Sintetizando, Ball, Maguire e Braun (2016) apresentam (i) o contexto da influência, no qual a política pública é elaborada pelo(s) grupo(s) que lutam por sua composição; (ii) o contexto da produção de texto, que é a materialização da política formulada, em forma de leis e materiais que a regulem; (iii) o contexto da prática, quando a política é interpretada e recriada; (iv) o contexto de resultados e efeitos, no qual os impactos da política na sociedade são avaliados; e, por último, mas constituindo um todo circular, (v) o contexto da estratégia política, em que há identificação e realização de medidas para ajustes da política em questão (Mainardes, 2018).

Convém ressaltar que os ciclos de políticas enunciados anteriormente não são estanques; se capilarizam e se interpenetram, funcionando, portanto, com base em uma circularidade (Ball; Maguire; Braun, 2016). É na confluência de contextos, portanto, que o processo de chegada da política pública educacional que deu origem aos Cieps ‘aportou’ em Nova Iguaçu.

Ainda no que se refere aos aspectos metodológicos, a pesquisa se pauta na perspectiva da história local, auxiliando o rompimento com o tradicionalismo histórico e a reconstrução da capacidade de atuação dos sujeitos inseridos em outras territorialidades. Isso porque focaliza variadas escalas de análise, abordando modos de vida coletivos e individuais em espaços não convencionais, como bairros e cidades periféricas.

Ademais, a história local, uma vez que capta a voz desses atores sociais, pode construir identidades e uma consciência histórica nesse sujeito. Assim, tal metodologia de análise gera um interesse pela localidade, fomentando a criticidade e buscando formar cidadãos ativos em sua realidade social (Cavalcanti, 2018).

Em síntese, falta-nos dizer que a construção desta seção, neste artigo, se apresentou como fundamental, na medida em que propõe um primeiro contato com as escolhas que fizemos, em relação ao recorte de nosso estudo dissertativo. Aponta, assim, aspectos teórico-metodológicos necessários para

que as questões norteadoras e os aspectos destacados de nossa análise sobre os Cieps de Nova Iguaçu sejam embasadas.

Nesse contexto, perguntamo-nos: Quais indícios nos foram apresentados pelas Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, a respeito da ‘chegada’ de uma política estadual como a do PEE, materializada nos Cieps, a esse município da Baixada Fluminense?

3. Construção e financiamento dos Cieps nas Atas da CMNI: o trabalho político no campo da educação

Como podemos entender a participação da representação política municipal, face à construção dos Cieps, em Nova Iguaçu? Como evidenciar conflitos e anuências entre a recepção desses equipamentos educacionais no município da Baixada e as reações da população-alvo a que eles se destinavam?

Do interior desse microcosmo social, procuramos analisar, por meio das Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, o discurso de ‘profissionais’ do campo político⁵ acerca da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública em Nova Iguaçu, relacionando suas falas ao debate acerca da temática presente igualmente na imprensa.

Também buscamos compreender essas evidências nas falas daqueles que os receberam, na comunidade – ‘profanos’ nesse campo que constrói o campo social, mas que podem exercer sua atividade em outros campos, como o da educação, por exemplo. Teríamos essa situação presente, em nosso estudo?

Teoricamente, podemos dizer que a opção pelas atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu se deu pelo fato de a nossa formação em história nos levar a extrair, das e nas fontes, fatos e evidências que possam iluminar a realidade em que situamos os problemas de pesquisa.

É nesse sentido, que aportamos em Barros (2019), quando o autor trata das fontes históricas. Entre outras possibilidades, a problematização dos discursos presentes nas atas – nossa fonte inicial - possibilitou a construção de uma história-problema acerca da implantação da política educacional do governo

⁵ Nesse caso, os vereadores de Nova Iguaçu, no período referente ao início da implantação dos Cieps.

Brizola, no município fluminense, e a emersão de debates e negociações inerentes a tal processo.

Especificamente acerca da temática dos Cieps, nas atas aparecem, principalmente, (1) a *construção* desses Centros no município, com elogios e críticas à proposta. Dentre essas falas, constatamos que se destaca uma subtemática específica, (2) a do *financiamento* dessa política pública do governo Brizola. Dessa forma, com esse *corpus*, procuramos analisar a realidade da chegada dos Cieps em Nova Iguaçu, visando à reflexão sobre seu impacto em setores sociais do município.

Sobre a construção de Ciep em Nova Iguaçu, a Ata do dia 08 de agosto de 1985 revela que essas reuniões iam além dos limites municipais; nela, o vereador Cândido Augusto Ribeiro Neto (PDT) relata uma “visita que fez ao gabinete do vice-governador do estado, Dr. Darcy Ribeiro, quando conseguiu acertar a situação de áreas destinadas à construção de ‘Brizolões” (Nova Iguaçu, 1985) Ele sinaliza a sua importância na busca por Ciep para Nova Iguaçu, atuando em vários momentos como um mediador entre a Prefeitura, a Câmara Municipal e o Governo do Estado, principalmente, em assuntos relativos aos locais de construção dessas escolas.

Cândido Augusto Ribeiro Neto emerge, assim, como um possível articulador por Ciep no interior da bancada do PDT, na Câmara Municipal de Nova Iguaçu e possibilita inferir a forma de atuação dos vereadores pedetistas perante a política pública brizolista.

Em atas posteriores, a atuação do vereador em questão quanto à chegada de Ciep em Nova Iguaçu foi intensa. Tal articulação se mostrou importante para a construção dessas escolas no município e acabou por ser ‘recompensada’: o Ciep 394, construído no bairro de Rosa dos Ventos já no 2º PEE, leva o nome de Cândido Augusto Ribeiro Neto.

Para além das reuniões a que nos referimos, o fato de a maior parte dos vereadores iguaçuanos e do próprio prefeito serem do mesmo partido de Brizola, em tese, facilitaria as tratativas acerca dos locais de construção, bem como favoreceria a chegada das escolas aos territórios de Nova Iguaçu.

Entretanto, não era somente de maneira elogiosa que as construções de Ciep eram retratadas nas atas da CNMI. No dia 12 de setembro de 1985, por

exemplo, o vereador Mario Marques – do Partido Democrático Social (PDS), de oposição ao PDT de Brizola –, foi à tribuna dizer que

antes de se partir para a construção desses prédios belíssimos onde serão instalados os Cieps, deve-se fazer um levantamento de cada necessidade, pois estão construindo ‘Brizolões’ dentro, por vezes, de próprios terrenos escolares (...) os Cieps seriam construídos em área nunca inferior a 10.000 metros quadrados, quando essa norma está sendo infringida. [...] não se deve construir “um Brizolão” embaixo do viaduto, que irá pôr em risco a vida das crianças naquele local (Nova Iguaçu, 1985)

Tais críticas evidenciam a atenção com a necessidade, tamanho e localidade dos Cieps, revelando preocupação com a vida das crianças no terreno escolhido para acolher esse prédio escolar. Em nossa pesquisa, todavia, não identificamos Ciep, na cidade, localizado embaixo de algum viaduto.

Já a ata do dia 19 de setembro de 1985 nos traz o vereador Luiz Antônio, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), falando sobre

a construção de um Ciep, no local ao lado da Codert. É favorável a maneira como vem olhando o setor educacional o governador Leonel Brizola, mas que Sua Excelência não tem conhecimento de local impróprio em que tencionam construir um Ciep, ao lado da nova rodoviária. Nova Iguaçu está crescendo e não suportará tal construção, em que as crianças correrão sério perigo diante do grande movimento de ônibus na Codert. (Nova Iguaçu, 1985)

Mesmo em meio a elogios direcionados a política educacional brizolista, o vereador do PTB é mais um a abordar os locais onde os Cieps estavam sendo construídos, fazendo coro à preocupação anterior de seu colega Mário Marques (PDS), no que se refere ao risco oferecido às crianças, com a construção de uma escola de grande porte nas proximidades de uma localidade urbana tão movimentada quanto um viaduto ou uma rodoviária.

Entretanto, a construção dos Cieps também era uma questão não totalmente resolvida para a comunidade que as receberia. A fala de Juvêncio Abraão da Silva, um vizinho histórico do Ciep 026 – São Vicente de Paula, que participou ativamente da chegada da escola a seu bairro, confirma tal assertiva. Ao ser perguntado sobre suas lembranças da implantação do Ciep 026 na localidade, ele afirma que

[...] na fundação, houve um grande problema aqui. A população usava como campo de futebol. Surgiu uma vereadora que queria fazer um trabalho aqui e pediram a minha ajuda. Ela perguntou o que o bairro precisava, e eu comecei a dizer. Quando terminou, ela pediu para que fizesse um novo ofício requerendo as melhorias no bairro junto à prefeitura. Mas eu quis fazer um pedido além, que

não era no nome da associação, era um pedido particular, mas para uso da comunidade. A minha esposa sempre sonhou com uma creche para amparar essas crianças necessitadas daqui. Quando ela chegou na prefeitura, encontrou esse projeto do Ciep e implantou um aqui. Mas precisava da área, eles propuseram a área do campo, e eu falei que era uma boa ideia, porque poderia caber o campo e a escola. (SILVA, 2018)

Diante da fala de Juvêncio, primeiramente, depreendemos que a chegada do Ciep 026 teria se dado a partir da ida de uma vereadora à comunidade para averiguar as necessidades locais, e o Ciep foi apresentado como uma solução. Cruzando essa entrevista com as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em nossa análise, aferimos que a única vereadora da casa legislativa no período da chegada dos Cieps e equivalente à legislatura de 1983 a 1989, era Maria Ivete Pantaleão (PDT), o que indica que, provavelmente, ela seria a vereadora da fala a que se refere Juvêncio Abraão. Por pertencer ao PDT e, conforme averiguamos nas atas, por já ter discursado na Câmara em favor de Leonel Brizola e dos Cieps, a suposição de que ela seja a vereadora envolvida diretamente na chegada do Ciep 026 – São Vicente de Paula, na comunidade de Juvêncio Abraão, nos parece corresponder à realidade.

Além disso, segundo Lobo (2019), no contexto da implantação dos Cieps e na reabertura política do processo de redemocratização, a sociedade iguaçuana passou a se organizar em grupos que lutavam por melhorias no município, junto aos poderes públicos, municipal e estadual.

Ademais, a dificuldade na escolha dos terrenos para abrigar os Cieps abriu espaço para o envolvimento desses grupos comunitários. Uma dessas instituições era o Movimento de Amigos do Bairro (MAB), além das associações de moradores. Foi, em geral, através de instituições como essas, que os Cieps surgiram como demanda popular no município.

Inferimos, portanto, por meio das fontes citadas, que a construção dos Cieps em Nova Iguaçu envolvia um processo complexo, antes de sua materialização. Devido à amplitude arquitetônica do projeto, que contemplava uma proposta diferenciada inerente ao PEE, a própria escolha das localidades e terrenos que os receberiam gerava um intenso debate no campo político institucional municipal e também no território que os acolheria, por meio do envolvimento do público-alvo na política municipal, ou seja, da participação mais efetiva dos 'profanos'.

Tal debate corrobora o grande fluxo de recebimento de Ciep por Nova Iguaçu, o que se deveu ao planejamento estadual de distribuição das novas escolas, de acordo com a densidade demográfica e necessidade da região, mas também devido à intensa luta dos pedetistas da Câmara Municipal e da sociedade civil pela chegada dessas instituições em território iguaçuano.

No que diz respeito ao financiamento dos Cieps, na ata do dia 02 de agosto de 1984, o vereador Iran Lemos (PDT) elogiou o orçamento do governo do Rio de Janeiro, por conter “proposta e programa de alto valor, principalmente, no setor da educação” (Nova Iguaçu, 1984), e lamentou o fato de que Nova Iguaçu não tivesse direcionado atenção à saúde e educação em seu orçamento, como fez o governo estadual.

Tal fala dialoga diretamente com o que expressou o vereador Pedro Ernesto (PDT), em ata do dia 29 de agosto de 1984, quando o também pedetista confirmou “a intenção do Governo Leonel Brizola em ampliar, como prometeu, o setor escolar”.

Além disso, em outra ata, a do dia 06 de setembro de 1984, o vereador Ataíde Lemos (PDT) exaltou o governador Leonel Brizola pela liberação da “verba de cento e vinte bilhões para a construção de trezentos e vinte escolas”, reforçando que “nenhum governador jamais fez tamanho bem para as crianças”, e “que a imprensa deveria divulgar casos como esse” (Nova Iguaçu, 1984).

Dois apontamentos se fazem necessários sobre esses documentos. Primeiramente, tal “proposta e programa de alto valor” do orçamento estadual, presente na fala de Iran Lemos (PDT), bem como a “ampliação do setor escolar” (Nova Iguaçu, 1984), elencada por Pedro Ernesto (PDT), tratam, indubitavelmente, do Programa Especial de Educação (PEE) e, especificamente, da construção dos prédios dos Cieps, que, àquela altura, já estavam devidamente apresentados à sociedade fluminense.

Cronologicamente, essas foram as primeiras referências – mesmo que indiretas – a esse modelo de ‘escola em tempo integral’⁶ (Cavaliere, 2009) nos debates legislativos iguaçuanos. Além disso, discurso de Ataíde Lemos (PDT)

⁶ De acordo com Cavaliere (2009), há dois modelos de tempo integral: o da escola de tempo integral e o do aluno em tempo integral. No primeiro caso, o objetivo seria o fortalecimento da unidade escolar, sua estrutura e seus profissionais; enquanto o segundo modelo enfoca as atividades oferecidas aos alunos no período alternativo, em uma convivência com o espaço propiciada por componentes do corpo escolar, agentes da comunidade.

confirma ainda que os vereadores pedetistas se dirigiam aos Cieps quase não mais indiretamente, ao citar as ‘trezentos e vinte escolas’. O “alto valor” do orçamento do setor educacional, na ata em questão, é tratado como um fato positivo, ampliado pelo destaque dado ao ineditismo da obra.

Já em ata do dia 09 de abril de 1986, o vereador Antônio Fernandes (PDS) afirmava: “os ‘Brizolões’ estão sendo os causadores de grande gasto sem utilidade” (Nova Iguaçu, 1986). Na ata do dia 04 de setembro de 1985, o vereador João Luiz do Nascimento Jr. (PMDB) revelou que “o Prefeito iguaçuano Paulo Leone, com 1,3 bilhão conseguiu mais 16 mil vagas nas escolas de Nova Iguaçu, enquanto o governador Leonel Brizola gasta 7 milhões para conseguir 600 vagas” (Nova Iguaçu, 1985).

Portanto, para criticar o “grande gasto sem utilidade”, direcionado aos Cieps, o vereador do PMDB estabeleceu uma comparação entre as administrações estadual e municipal – ambas do PDT.

Através da análise dessas fontes, evidenciamos uma abordagem para o aspecto financeiro da política pública educacional do governo de Leonel Brizola: centralizado na bancada pedetista, o financiamento era encarado como investimento.

Assim, entre os defensores dos Cieps, foram destacadas as motivações para o aporte de recursos nessas escolas, com destaque ao alto ‘valor do investimento’, ‘ampliação do setor escolar’ e do ‘aporte financeiro a camadas menos abastadas da sociedade’, público-alvo da política. Em outros termos, são destacados aspectos de positividade, relativos ao financeiro e seu direcionamento, pelo governo, à consecução de políticas públicas à sociedade, bem como à consolidação de um projeto societário que tinha a educação formal como possibilidade de melhoria de vida e de acesso a determinados direitos a essa mesma sociedade.

Entretanto, percebemos também a presença de atas críticas ao aspecto financeiro dessas instituições escolares. Pelo viés dos opositoristas, as novas escolas, tratadas pela situação como investimento, se tornam custo. Assim, sobressaem críticas e até mesmo acusações que se materializariam nos Cieps.

Nessa situação, os aspectos evidenciados denotam o direcionamento financeiro como ‘custo’, fundamentado em uma base mais economicista do que social, em vários níveis da atuação e das demandas da política.

Todavia, as impressões e reações acerca do aspecto financeiro da política pública que deu origem aos Cieps não ficaram restritas ao meio político-institucional do município iguaçuano que compõe a Baixada Fluminense. É o que nos indica fonte retirada, entre outras, da edição do dia 25 de abril de 1987, do jornal *A Luta Democrática*, de Duque de Caxias, disponibilizada na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Na fonte em questão, em matéria intitulada “Manutenção de cada Ciep custa 1 milhão de dólares”⁷, o secretário de Educação de Moreira Franco – que assumiu o Governo do Estado após o primeiro mandato de Brizola – criticou o governo anterior e caracterizou os Cieps como “inviáveis”⁸, por seus custos de construção/manutenção, além do baixo atendimento em quantidade de alunos, acusando ainda o uso eleitoreiro dessas escolas por parte do governador Brizola.

O jornal deu espaço de fala a Lia Faria, coordenadora pedagógica do projeto dos Cieps, que defendeu a iniciativa educacional, alegando que qualquer análise pedagógica do projeto seria prematura, acusando ainda o novo governo de acabar com os Cieps.

Em resposta às críticas que vinham de variadas direções, os idealizadores da política pública em questão também se posicionavam quanto ao custo dos Cieps, o que denota um alinhamento de discursos entre governo e seus aliados políticos. Ribeiro (1986, p.43) alega que

O investimento na construção e manutenção dos Ciep não é excessivo e equivale ao montante mínimo indispensável para superar décadas de descaso pela educação pública. [...] A grande mudança introduzida foi estabelecer prioridade absoluta para a questão educacional, de modo a dignificar a Escola Pública para que ela passe a formar mais pessoas letradas do que analfabetos.

Esses argumentos, tanto de crítica quanto de defesa dos Cieps, entre outros, são, como podemos perceber, recorrentemente encontrados também nas atas legislativas da CMNI, o que nos possibilita inferir que os debates acerca dos Cieps nos aspectos levantados neste artigo não ficaram restritos ao meio

⁷ *A Luta Democrática*, Duque de Caxias, 25 de abril de 1987, p.3

⁸ *A Luta Democrática*, Duque de Caxias, 25 de abril de 1987, p.3

político iguaçuano, transcendendo-o, assim como não se circunscreveram aos campos específicos do poder e da política: também alçaram voos por outros microcosmos, como o da comunicação e o acadêmico, por exemplo, evidenciando a conexão intercampos existente no macrocosmo social e a que nos referimos anteriormente (Bourdieu, 2021).

Com base em Bourdieu (1989) e nos recortes temporais da pesquisa, inferimos que os critérios de construção e o valor destinado à edificação de dezenas de Cieps, que o município de Nova Iguaçu receberia no 1º e 2º PEE, foram “ideias-força” nos debates que se realizavam no campo político. No estudo, esses aspectos são evidenciados nas Atas da Câmara Municipal, bem como em outros campos de disputa, com os “profanos” – agentes da imprensa e um morador da localidade em que se situava o Ciep lócus de nossa pesquisa.

Tal debate, pela recorrência nas fontes ao longo dos nove anos de nosso recorte, esteve presente em diferentes fases do ciclo de políticas de Ball (Ball; Maguire, Braun, 2016), e na circularidade em que se apresenta. Notadamente, evidenciamos o contexto da estratégia política, por meio da chegada dos Cieps – analisada neste artigo quando da escolha dos terrenos e das negociações inerentes à implantação dessas novas escolas em Nova Iguaçu.

Em nossa pesquisa, debruçamo-nos, especialmente, sobre esse contexto, analisando as possíveis interpretações e transformações da implantação da política educacional do governo de Brizola na cidade de Nova Iguaçu, com base em nossas fontes. Buscamos, entretanto, o uso do ciclo de políticas de Ball, sem fragmentar a política e nossa análise sobre ela, encarando as etapas em sua interatividade e complementaridade.

Através dessa análise, tratamos de valorizar aspectos que destaquem a história local de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense, evidenciando especialmente, por meio dos “profanos” iguaçuanos, a complexidade da participação ativa e do acesso de agentes periféricos e marginalizados da política institucional a uma política pública educacional tão complexa quanto a própria proposta político-pedagógica que buscou construir.

4. Considerações finais

Visando encontrar nosso objeto de estudo em fontes como as Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, conforme apresentamos anteriormente, neste artigo objetivamos entender o projeto dos Cieps, acompanhando sua implantação em Nova Iguaçu e perceber as reações da sociedade política iguaçuana à chegada do PEE e da escola de tempo integral à municipalidade, visando descrever e compreender como esse projeto e sua implantação foram recebidos e entendidos nesse município da Baixada Fluminense.

Em nossa análise, o conceito de campo de Pierre Bourdieu se configurou como o principal referencial teórico, especificamente, no que diz respeito ao campo político. Por meio dessa construção teórica, analisamos o comportamento do campo político iguaçuano, no contexto da chegada de uma política pública educacional complexa como a dos Cieps. Como componentes do campo, procuramos evidenciar as reações dos “apossados” – representados pelos vereadores iguaçuanos – e ‘profanos’ desse campo – a imprensa e a comunidade iguaçuana.

Dessa forma, foram analisados os debates que percorriam a questão da construção dessas escolas em Nova Iguaçu. Discutiram-se, além da obra e da arquitetura em si, especialmente, a questão das negociações e da escolha dos terrenos que receberiam os Cieps. É perceptível, dessa maneira, como a conquista de uma instituição escolar como essa para a região era um trunfo importante para a ampliação do capital político daqueles vereadores, ou seja, como se constituíam enquanto capital social para aqueles agentes.

Abarcamos, nessa reflexão, debates acerca do financiamento/custo dos Cieps. Sobre isso, uma vasta gama de defesas e críticas ao custo de implantação e manutenção das novas escolas foram verbalizadas por vereadores na Câmara iguaçuana, em um diálogo perceptível com as críticas e elogios encontrados na imprensa e no campo acadêmico especializado, em que os Cieps eram figuras garantidas em nosso recorte temporal e após ele.

Com foco na história local de Nova Iguaçu, nosso estudo objetivou, por fim, o dimensionamento e a análise dos PEE e seus Cieps, uma política pública educacional com magnitude capaz de ultrapassar o espaço – na medida em que

sua capilaridade se fez sentir em outros projetos pelo país afora⁹ e o tempo – uma vez que, 38 anos após a inauguração do primeiro Ciep do estado do Rio de Janeiro, essas edificações ainda se constituem enquanto objeto de estudo e pesquisas no campo acadêmico da educação.

Referências

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2016.

BARROS, J. A. Fontes históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos. *In*. ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS. 2., Rio de Janeiro, 2019. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569693608_ARQUIVO_bd3da9a036a806b478945059af9aa52e.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, P. *Sociologia geral*. Petrópolis: Vozes, 2021. Vol.2: Habitus e campo.

CAVALCANTI, E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. *Revista História Hoje*, v.7, no. 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.393>. Acesso em: 04 set. 2020

COSTA, M. L. O. da. *Centros Integrados de Educação Pública (CiepS): tensões e conflitos em torno de uma Política Pública e suas repercussões em Duque de Caxias na Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FARIA, L. C. M. de; SILVA, R. M. J. da. O centenário de Maria Yedda Leite Linhares: memórias da sua atuação na educação no estado do Rio de Janeiro. *Revista FAEBA*, v.30, n.63, p.181-192, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v30.n63>. Acesso em: 04 set. 2020.

FAVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. *Revista Contrapontos (Eletrônica)*, v. 19, n. 1, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13579> Acesso em: 07 out.2020.

⁹ Encontramos ressonâncias e citações ao PEE em políticas públicas como os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caics), do governo federal, implantados no período dos governos de Fernando Collor e de Itamar Franco; os Centros de Educação Integral, em Curitiba-PR; e o homônimo Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), em Americana-SP.

LEMOS, A. de S. *Grupo Globo e a crítica conservadora ao I PEE-Ciep: conflitos nos campos educacional, político e da produção cultural*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

LOBO, L. B. “*Quem manda na escola pública?*” Os projetos educacionais em disputa no município de Nova Iguaçu-RJ entre 1964 e 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2019.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 16, p.1 – 19, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v12i0.59217>. Acesso em: 09 jan. 2021

MINAYO, M. C. de S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 9, p. 521-539, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>. Acesso em: 09 jan. 2021

MOREIRA, L. S. SOARES, A. J. G. Entre defesas e críticas ao Centros Integrados de Educação Pública. *Revista Contemporânea de Educação*. v.14, n.30, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21051>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MOREIRA, L. S. *Dos barracões aos Cieps: a elaboração da política educacional brizolista (1983 a 1987)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

NASCIMENTO, Á. P. do; BEZERRA, N. R. B. (Orgs.). *De Iguaçu à Baixada Fluminense: histórias de um território*. Curitiba, PR: Appris, 2019.

NOVA IGUAÇU. Câmara Municipal. *Atas da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (CMNI)*, 1983 – 1995. Nova Iguaçu: Câmara Municipal, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos Cieps*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

ROCHA, A. S. da. Baixada Fluminense – representações entre o desenvolvimento, a violência e o descaso. *Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas*, v.1, p. 13-27, 2020.

SILVA, J. A. da. *Entrevista concedida ao autor*. 2018.

Imprensa:

A Luta Democrática, Duque de Caxias, 25 de abril de 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20198&pesq=Ciep&pagfis=74965>. Acesso em: 04 abr. 2020.

O Fluminense, estado do Rio de Janeiro, 03 de junho de 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_12&Pesq=Ciep%20Baixada&pagfis=70874. Acesso em: 04 abr. 2020.

Enviado em: 28/06/2023